LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

LEITURA LITERÁRIA COMO PRÁTICA SOCIAL E CULTURAL: MEDIAÇÃO, EXPERIÊNCIA ESTÉTICA E FORMAÇÃO DE LEITORES

LITERARY READING AS A SOCIAL AND CULTURAL PRACTICE: MEDIATION, AESTHETIC EXPERIENCE, AND READER DEVELOPMENT

LA LECTURA LITERARIA COMO PRÁCTICA SOCIAL Y CULTURAL: MEDIACIÓN, EXPERIENCIA ESTÉTICA Y DESARROLLO DEL LECTOR

https://doi.org/10.56238/levv17n57-063

Data de submissão: 20/01/2026 **Data de publicação:** 20/02/2026

Micheli Cristiana Ribas Camargo
Doutoranda em Letras, Estudos Literários
Instituição: Universidade Estadual de Maringá (UEM)
E-mail: professoramicheliribas@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-7742-8387
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4886938984395242

RESUMO

Este artigo analisa a leitura literária sob a perspectiva de sua dimensão estética, social e cultural, com ênfase no papel da mediação na formação do leitor. Parte-se da compreensão de que a leitura não se restringe à decodificação de signos linguísticos, mas constitui prática historicamente situada, atravessada por condições materiais, contextos culturais e relações de poder. Fundamentado em abordagem qualitativa de caráter teórico-reflexivo e bibliográfico, o estudo articula contribuições dos estudos da leitura, da Sociologia da leitura e da educação literária, dialogando com autores que concebem a literatura como experiência formativa e direito cultural. Discute-se a ampliação do conceito de leitura para múltiplas linguagens, considerando as transformações tecnológicas e os novos suportes textuais, bem como a importância das práticas sociais na construção de sentidos. Destaca-se a mediação como elemento estruturante da experiência literária, responsável por criar condições para o encontro significativo entre leitor e texto. O aporte teórico apresenta ideias, sobretudo, de Chartier (1999, 2001), Petit (2010) e Candido (2006). Conclui-se que a leitura literária, entendida como prática cultural mediada, contribui para a formação crítica, a construção identitária e o fortalecimento da autonomia simbólica dos sujeitos, configurando-se como dimensão essencial da formação humana.

Palavras-chave: Leitura do Texto Literário. Mediação de Leitura. Formação de Leitores.

ABSTRACT

This article analyzes literary reading from the perspective of its aesthetic, social, and cultural dimensions, emphasizing the role of mediation in reader formation. It starts from the understanding that reading is not restricted to the decoding of linguistic signs, but constitutes a historically situated practice, traversed by material conditions, cultural contexts, and power relations. Based on a qualitative approach of a theoretical-reflective and bibliographical nature, the study articulates contributions from reading studies, the sociology of reading, and literary education, engaging with authors who conceive of literature as a formative experience and a cultural right. The expansion of the concept of reading to multiple languages is discussed, considering technological transformations and new textual supports, as well as the importance of social practices in the construction of meaning. Mediation is highlighted

as a structuring element of the literary experience, responsible for creating conditions for a meaningful encounter between reader and text. The theoretical framework presents ideas, above all, from Chartier (1999, 2001), Petit (2010), and Candido (2006). It is concluded that literary reading, understood as a mediated cultural practice, contributes to critical thinking, identity construction, and the strengthening of the symbolic autonomy of individuals, thus constituting an essential dimension of human development.

Keywords: Literary Text Reading. Reading Mediation. Reader Development.

RESUMEN

Este artículo analiza la lectura literaria desde la perspectiva de sus dimensiones estéticas, sociales y culturales, enfatizando el papel de la mediación en la formación del lector. Parte de la comprensión de que la lectura no se limita a la decodificación de signos lingüísticos, sino que constituye una práctica históricamente situada, atravesada por condiciones materiales, contextos culturales y relaciones de poder. Con un enfoque cualitativo de carácter teórico-reflexivo y bibliográfico, el estudio articula contribuciones de los estudios de lectura, la sociología de la lectura y la educación literaria, interactuando con autores que conciben la literatura como una experiencia formativa y un derecho cultural. Se discute la expansión del concepto de lectura a múltiples idiomas, considerando las transformaciones tecnológicas y los nuevos soportes textuales, así como la importancia de las prácticas sociales en la construcción de significado. Se destaca la mediación como un elemento estructurante de la experiencia literaria, responsable de crear las condiciones para un encuentro significativo entre el lector y el texto. El marco teórico presenta ideas, principalmente, de Chartier (1999, 2001), Petit (2010) y Candido (2006). Se concluye que la lectura literaria, entendida como una práctica cultural mediada, contribuye al pensamiento crítico, la construcción de la identidad y el fortalecimiento de la autonomía simbólica de las personas, constituyendo así una dimensión esencial del desarrollo humano.

Palabras clave: Lectura de Textos Literarios. Mediación Lectora. Desarrollo del Lector.

1 INTRODUÇÃO

O gosto pela leitura não é uma disposição espontânea ou exclusivamente individual, mas uma construção social. Conforme observa Petit (2010), o interesse pelos livros frequentemente se desenvolve a partir do convívio com pessoas próximas que leem e valorizam a literatura. A autora lembra que, ao longo da história, a leitura já foi vista tanto como prática benéfica quanto como atividade potencialmente perigosa, capaz de provocar deslocamentos subjetivos. Para ela, a literatura pode atuar como espaço de reconstrução psíquica em contextos adversos, favorecendo a elaboração simbólica da experiência.

Nessa perspectiva, Candido (2006) sustenta que a imaginação é dimensão constitutiva do humano, atribuindo à literatura uma função humanizadora. Todorov (2007), por sua vez, defende que a leitura literária amplia o sentimento de alteridade e enriquece a experiência de viver. Apesar dessa reconhecida importância formativa, o cenário contemporâneo revela tensões significativas. Cosson (2014) observa que o ritmo acelerado da vida atual parece reduzir o espaço destinado à leitura no cotidiano, enquanto bibliotecas, em muitos contextos, tornam-se meros depósitos de livros, esvaziados de práticas efetivas de mediação.

A fragilidade das práticas leitoras repercute diretamente no desenvolvimento do letramento. Geraldi (2014) destaca que a formação de leitores competentes envolve não apenas a capacidade de decodificar textos, mas de produzir sentidos de forma crítica em diferentes esferas comunicativas. Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgados pelo Inep (2023), revelam que, entre os concluintes do Ensino Médio brasileiro, não houve avanços significativos nos níveis de proficiência de leitura em relação aos dados anteriores (Saeb 2019-2021). Esse cenário sugere que muitos estudantes concluem essa etapa da educação básica ainda com fragilidades na compreensão e na interpretação de textos, competências fundamentais tanto para a participação cidadã quanto para a continuidade dos estudos e inserção no mundo do trabalho. As desigualdades tornam-se ainda mais evidentes quando considerados os níveis socioeconômicos: estudantes de classes mais altas apresentam desempenho significativamente superior aos de classes menos favorecidas.

O contexto brasileiro revela, assim, um cenário de contrastes. De acordo com o *Painel do Varejo de Livros no Brasil – ano-base 2024*, elaborado pelo Sindicato nacional dos editores de livros (SNEL) em parceria com a Nielsen BookData, o mercado de livros impressos apresentou crescimento em comparação com 2023, registrando aumento tanto no faturamento (cerca de 10,1%) quanto no número de exemplares comercializados (aproximadamente 6,8%). Esses dados indicam um movimento de expansão do setor editorial, com maior circulação de obras no varejo e fortalecimento da atividade econômica ligada ao livro, sugerindo um cenário mais favorável para a cadeia produtiva e para o consumo de bens culturais no período analisado.

Embora o mercado editorial tenha registrado crescimento expressivo, o custo do livro ainda representa obstáculo para grande parte da população. Isso reforça a importância das bibliotecas escolares e comunitárias como espaços de democratização do acesso à literatura. Contudo, apesar da Lei nº 12.244/2010 ter estabelecido a obrigatoriedade de bibliotecas em todas as instituições de ensino até 2020, o Censo Escolar (Inep, 2023) aponta que 63% das escolas brasileiras ainda não dispõe desse equipamento cultural.

Além das limitações estruturais, pesquisas nacionais evidenciam a necessidade de fortalecimento das práticas leitoras. O levantamento *Retratos da Leitura no Brasil* (Instituto Pró-Livro, 2024) indica que menos da metade da população se declara leitora. Esses dados sugerem que o acesso ao livro, embora fundamental, não é suficiente para garantir a formação de leitores; é imprescindível a presença de mediadores capazes de criar condições para que a leitura se torne experiência significativa. Petit (2013) enfatiza que a falta de acesso constitui entrave decisivo, mas também ressalta que aqueles que encontram oportunidades reais de leitura tendem a atribuir-lhe sentido em suas trajetórias.

Diante desse quadro, impõe-se a necessidade de refletir sobre a leitura literária como prática cultural e social mediada, considerando tanto sua dimensão formativa quanto os desafios estruturais que limitam sua efetivação.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a leitura literária sob as perspectivas estética, social e cultural, com ênfase no papel da mediação na formação do leitor. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter teórico-reflexivo e bibliográfico, que articula contribuições dos estudos da leitura, da Sociologia da Leitura e da educação literária, buscando compreender como a mediação pode contribuir para a democratização do acesso à literatura e para a formação de sujeitos críticos e autônomos.

2 LEITURA LITERÁRIA COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E EXPERIÊNCIA FORMATIVA

A compreensão do gosto pela leitura como construção social desloca a discussão da esfera da predisposição individual para o campo das práticas culturais. Petit (2010) evidencia que tornar-se leitor envolve trajetórias marcadas por encontros significativos com livros e mediadores. Assim, o gosto não é atributo inato, mas resultado de inserção em ambientes nos quais a leitura possui valor simbólico.

Essa perspectiva dialoga com Candido (2006), ao afirmar que a literatura responde a uma necessidade humana de fabulação e organização simbólica da experiência. Contudo, a função humanizadora da literatura não se realiza automaticamente; ela depende de condições sociais que permitam o acesso ao texto e à experiência estética. A leitura literária, portanto, deve ser compreendida como prática que articula subjetividade e estrutura social.

Todorov (2007) acrescenta que a literatura amplia a capacidade de reconhecer o outro, promovendo alteridade. Entretanto, essa potencialidade ética pressupõe a efetiva inserção do sujeito em práticas leitoras. Em contextos de desigualdade, a promessa formativa da literatura convive com barreiras estruturais que restringem sua circulação e apropriação.

Desse modo, afirmar que a literatura humaniza não basta; é necessário analisar as condições concretas que tornam possível — ou inviável — essa experiência.

3 DESIGUALDADE, LETRAMENTO E FRAGILIDADE DAS PRÁTICAS LEITORAS

Os dados educacionais brasileiros revelam um paradoxo: a escolarização se expandiu, mas a proficiência leitora permanece limitada. Geraldi (2014) argumenta que letramento não equivale à mera alfabetização; trata-se da capacidade de atuar competentemente em práticas sociais mediadas pela linguagem escrita.

Os resultados do Saeb (Inep, 2023) evidenciam que grande parcela dos estudantes conclui a educação básica sem domínio interpretativo suficiente para o exercício pleno da cidadania. A diferença de desempenho entre níveis socioeconômicos reforça que a leitura não se distribui de modo equitativo. Trata-se de um fenômeno estrutural, não individual.

Nesse sentido, a Sociologia da Leitura oferece ferramentas analíticas fundamentais. Chartier (1999, 2011) demonstra que as formas de ler são historicamente situadas, condicionadas por suportes, instituições e práticas culturais. Escarpit (1974) compreende a literatura como sistema que articula autor, obra e público dentro de um contexto social específico.

A leitura, portanto, não pode ser analisada fora das condições materiais que a sustentam. A ausência de bibliotecas em parte significativa das escolas brasileiras, apesar de previsão legal, revela a distância entre política normativa e realidade concreta. A fragilidade estrutural compromete a formação leitora e aprofunda desigualdades simbólicas.

A análise da desigualdade no acesso à leitura exige ultrapassar diagnósticos quantitativos e considerar as condições estruturais que produzem disposições diferenciadas em relação ao livro. Nesse sentido, a sociologia de Pierre Bourdieu oferece um instrumental teórico particularmente fecundo para compreender a leitura como prática social situada. Para o autor, o acesso aos bens culturais não se distribui de maneira homogênea, mas está vinculado à posse desigual de capital cultural, que pode assumir formas incorporadas, objetivadas e institucionalizadas (Bourdieu, 1998).

O capital cultural incorporado (disposições duráveis internalizadas ao longo do processo de socialização) manifesta-se, no campo da leitura, na familiaridade com objetos culturais, na naturalização do contato com livros e na legitimidade atribuída à literatura como prática formativa. Crianças provenientes de famílias com maior escolarização tendem a conviver com livros desde cedo, a observar práticas leitoras no ambiente doméstico e a desenvolver um *habitus* que reconhece o texto

literário como experiência legítima e desejável. Já em contextos marcados por restrições materiais e simbólicas, a leitura frequentemente aparece como exigência escolar, não como prática cultural integrada ao cotidiano.

O conceito de *habitus*, entendido como sistema de disposições socialmente estruturadas e estruturantes (Bourdieu, 2007), permite compreender por que políticas universalistas de acesso ao livro nem sempre produzem efeitos equivalentes entre diferentes grupos sociais. A mera disponibilização de acervos não garante apropriação simbólica. O gosto literário, longe de ser expressão de inclinação individual espontânea, é resultado de processos de legitimação social que distinguem práticas e hierarquizam repertórios (Bourdieu, 2007).

Assim, a desigualdade leitora não se restringe à ausência física de livros, mas envolve a distribuição desigual das condições simbólicas que autorizam determinados sujeitos a se reconhecerem como leitores. A escola, nesse contexto, desempenha papel paradoxal: pode reproduzir hierarquias culturais ao valorizar repertórios distantes da experiência dos estudantes ou pode atuar como instância de ampliação do capital cultural, promovendo encontros mediadores que desnaturalizam desigualdades.

A leitura literária, quando compreendida como direito cultural (Candido, 2006), exige políticas e práticas que enfrentem não apenas a carência material, mas também as barreiras simbólicas que limitam a constituição do sujeito leitor. É nesse ponto que a mediação se articula à dimensão estrutural da desigualdade, configurando-se como prática capaz de intervir nas disposições e ampliar horizontes de expectativa.

4 ACESSO AO LIVRO, MERCADO EDITORIAL E POLÍTICAS DE LEITURA

O crescimento do mercado editorial brasileiro, conforme dados do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Sampaio, 2022), poderia sugerir fortalecimento da cultura leitora. No entanto, o aumento nas vendas não implica democratização do acesso. O livro permanece como bem cultural cujo preço limita sua aquisição por parcelas significativas da população.

Esse contraste revela uma tensão central: o livro circula como mercadoria em um sistema de mercado, mas a leitura literária constitui direito cultural. Candido (2006) já advertia que a literatura deve ser reconhecida como necessidade humana básica, não como privilégio de poucos.

A insuficiência de bibliotecas escolares — evidenciada pelo Censo Escolar (2025) — agrava o problema. A Lei nº 12.244/2010 estabeleceu prazo para universalização desses espaços, mas sua não efetivação demonstra fragilidade das políticas públicas de leitura.

Além do acesso material, pesquisas como *Retratos da Leitura no Brasil* (Instituto Pró-Livro, 2024) indicam que menos da metade da população se declara leitora (apenas 48%). Isso sugere que o

desafio não se restringe à oferta de livros, mas envolve práticas culturais, representações sociais e processos de mediação.

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA: ENTRE ACESSO MATERIAL E FORMAÇÃO CULTURAL

A discussão sobre desigualdade leitora conduz inevitavelmente ao campo das políticas públicas. No Brasil, as iniciativas voltadas ao livro e à leitura oscilaram historicamente entre programas de distribuição de acervos e projetos de formação leitora, nem sempre articulados de maneira sistêmica.

A experiência acumulada demonstra que políticas centradas exclusivamente na aquisição e envio de livros para escolas e bibliotecas, embora fundamentais, revelam limites quando desvinculadas de ações estruturadas de mediação e formação continuada de profissionais. A democratização do acesso físico ao livro constitui condição necessária, mas não suficiente, para a democratização da leitura enquanto prática cultural.

Nesse contexto, torna-se fundamental distinguir três dimensões das políticas de leitura:

1. Infraestrutura (bibliotecas, acervos, equipamentos).
2. Formação (professores, mediadores, bibliotecários).
3. Dinamização cultural (projetos permanentes, clubes de leitura, circulação de autores, ações territoriais).

A ausência de integração entre essas dimensões tende a produzir políticas de alcance limitado e descontinuidade institucional.

Nesse cenário, um exemplo é o **Programa Curitiba Lê**, desenvolvido no âmbito municipal curitibano. A Fundação Cultural de Curitiba (FCC), criada em 1973 com a finalidade de preservar e promover a cultura da capital paranaense, consolidou-se como o principal órgão responsável pelas políticas públicas culturais do município, abrangendo áreas como literatura, artes visuais, música, teatro, dança, cinema, circo e patrimônio cultural. No campo da literatura, uma série de iniciativas institucionais e contextuais favoreceu a construção de um programa estruturado de incentivo à leitura. Entre elas destacam-se a formação interna promovida a partir de 2003 na área de Literatura da Fundação, a influência das diretrizes nacionais estabelecidas pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) e pelo Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL), bem como referências internacionais, como as Bibliotecas Parque de Medellín. Esse conjunto de fatores contribuiu para a criação do Programa Curitiba Lê (PCL), oficialmente implementado em 2010, com base na concepção de leitura como direito cultural, inspirada em Antonio Candido.

O Curitiba Lê passou a articular ações já existentes e novas frentes de atuação, reorganizando as bibliotecas municipais, que foram rebatizadas como Casas da Leitura, e ampliando seus acervos,

infraestrutura e programação cultural. O projeto investiu na formação de mediadores de leitura, na realização de editais culturais e no fortalecimento de parcerias com escolas, equipamentos da assistência social e organizações da sociedade civil, buscando descentralizar o acesso à literatura nas dez regionais administrativas da cidade. Com financiamento do Fundo Municipal de Cultura e da Lei de Incentivo à Cultura, o programa estruturou-se em três eixos principais: incentivo à leitura, estudos e pesquisas em leitura e criação literária. Reconhecido nacional e internacionalmente, o Curitiba Lê foi incluído no Observatório de Políticas Públicas de Leitura da Cátedra UNESCO de Leitura e teve projetos finalistas em premiações do Ministério da Cultura, consolidando-se como uma política municipal de promoção da leitura com impacto social relevante, embora tenha enfrentado, ao longo dos anos, desafios relacionados à continuidade de editais e à redução de mediadores.

Segundo levantamento feito por Camargo (2022), o Programa Curitiba Lê (PCL), entre 2010 e 2022, consolidou-se como uma política pública municipal relevante de mediação cultural fora do âmbito escolar, com impacto significativo nas comunidades atendidas. A investigação demonstrou que a atuação descentralizada das Casas da Leitura, aliada à formação continuada de mediadores e à valorização da fruição literária, favorece práticas democráticas de leitura, reunindo participantes de diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade e condições socioeconômicas. Os dados indicam que as mediações culturais promovem experiências de partilha, pertencimento e ampliação de repertório, reafirmando o potencial transformador da leitura literária quando mediada de forma sensível e não utilitarista (Camargo, 2022).

Por outro lado, o estudo também identificou limites estruturais que tensionam a continuidade e a expansão do programa, como a redução de mediadores, a descontinuidade de editais e restrições orçamentárias, além da baixa visibilidade institucional do PCL junto à própria população curitibana. Apesar de contar com infraestrutura consolidada e reconhecimento acadêmico e institucional, o programa depende de maior investimento, divulgação e prioridade política para ampliar seu alcance. Assim, a pesquisadora concluiu que o Curitiba Lê apresenta potencial para se tornar referência nacional em políticas municipais de fomento à leitura, desde que sustentado por compromisso público consistente e valorização estratégica da literatura como direito cultural (Camargo, 2022).

Esse caso permite perceber como programas locais podem tensionar desigualdades estruturais ao investir simultaneamente em acesso e mediação.

A sociologia da leitura sugere que políticas culturais eficazes são aquelas que reconhecem o caráter relacional da leitura, isto é, sua dependência de redes institucionais, práticas comunitárias e reconhecimento simbólico. Nesse sentido, programas municipais podem desempenhar papel estratégico ao construir ecossistemas leitores articulados ao território.

5 MEDIAÇÃO COMO ESTRATÉGIA CULTURAL DE ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES

Diante desse cenário, a mediação de leitura emerge como elemento estruturante. Se o gosto é construído socialmente, a presença do mediador torna-se decisiva para criar experiências significativas com o texto literário.

Bajour (2012) demonstra que a leitura compartilhada promove socialização de sentidos e pertencimento a uma comunidade interpretativa. Colomer (2007) destaca que a formação do leitor exige esforço, mas também sedução intelectual. Petit (2009) reforça que mediadores atuam como pontes simbólicas entre sujeito e obra.

A mediação não deve ser entendida como simples recomendação de livros, mas como prática cultural que envolve escuta, diálogo e reconhecimento da experiência do leitor. Em contextos de vulnerabilidade social, pode funcionar como estratégia de resistência simbólica.

A oralidade também desempenha papel central. Benjamin (1986) e Zumthor (2014) ressaltam que a dimensão performática da leitura potencializa a experiência estética. Ao oralizar textos, reativa-se sua potência sensível, ampliando possibilidades de apropriação. Nesse ponto, a contação de histórias pode ser uma forma de aproximar o leitor da literatura.

Assim, a mediação constitui resposta concreta às desigualdades estruturais: ela não elimina barreiras materiais, mas pode ampliar horizontes simbólicos e fortalecer a autonomia leitora.

6 LEITURA LITERÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE MÚLTIPLAS LINGUAGENS E NOVOS SUPORTES

A ampliação do conceito de leitura torna-se imprescindível diante das transformações tecnológicas. Santaella (2012) propõe compreender a leitura como prática semiótica ampla, envolvendo imagens, mídias digitais e múltiplos signos.

Contudo, a coexistência de suportes não elimina a necessidade de formação crítica. A cultura digital pode ampliar o acesso, mas também fragmentar a atenção e reduzir o tempo dedicado à leitura aprofundada. O desafio contemporâneo não é escolher entre impresso e digital, mas construir práticas leitoras reflexivas em ambos os ambientes.

A leitura literária mantém especificidade: exige tempo, imaginação e envolvimento estético. Em uma sociedade acelerada, preservar esse espaço torna-se ato cultural e político.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou demonstrar que a leitura literária, longe de constituir prática neutra ou exclusivamente individual, está imersa em estruturas sociais que condicionam seu acesso, sua legitimidade e sua apropriação. Ao articular contribuições da sociologia

da cultura, dos estudos da leitura e da educação literária, argumentou-se que a desigualdade leitora deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, que envolve fatores econômicos, simbólicos e institucionais.

A incorporação da perspectiva de Bourdieu permitiu evidenciar que o problema não se limita à distribuição desigual de livros, mas abrange a distribuição desigual de capital cultural e de disposições leitoras. Nesse sentido, políticas públicas que ignoram as dimensões simbólicas da leitura tendem a produzir efeitos restritos, ainda que ampliem acervos ou equipamentos.

A discussão sobre políticas municipais, exemplificada pelo caso do Curitiba Lê, indica que iniciativas de âmbito local podem constituir laboratórios relevantes de enfrentamento das desigualdades, sobretudo quando articulam acesso, formação e mediação cultural. Entretanto, a sustentabilidade dessas políticas depende de continuidade administrativa, financiamento adequado e cooperação entre diferentes setores.

Reafirma-se, portanto, que a leitura literária deve ser reconhecida como direito cultural e dimensão estruturante da formação humana. Promover a democratização da leitura implica investir não apenas em livros, mas em condições sociais que permitam aos sujeitos se reconhecerem como leitores legítimos. Tal desafio demanda políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas críticas e mediações culturalmente sensíveis, capazes de ampliar horizontes simbólicos e fortalecer a autonomia interpretativa.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem análises empíricas comparativas entre programas municipais de leitura, investigando seus impactos de longo prazo na constituição de comunidades leitoras e na redução das desigualdades culturais.

REFERÊNCIAS

BAJOUR, Cecilia. Ouvir nas entrelinhas: o valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71–79.

CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. Vários escritos. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. p. 169–191.

CAMARGO, Micheli Cristiana Ribas. Mediações culturais do Programa Curitiba Lê (2010-2022): formação de leitores fora do contexto escolar. 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

CHARTIER, Roger. A aventura do livro: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CHARTIER, Roger. A mão do autor e a mente do editor. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

ESCARPIT, Robert. Sociologia da literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Ática, 2014.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Saeb 2023. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/resultados . Acesso em 12 fev 2026.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo escolar 2025. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados. Acesso em 12 fev 2026.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. Retratos da leitura no Brasil – 6ª edição. São Paulo: Instituto Pró-Livro; IBOPE Inteligência, 2024. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentação_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf . Acesso em 12 fev. 2025.

PETIT, Michèle. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008.

PETIT, Michèle. A arte de ler ou como resistir à adversidade. São Paulo: Editora 34, 2009.

PETIT, Michèle. Leitura: do espaço íntimo ao espaço público. São Paulo: Editora 34, 2013.

PETIT, Michèle. A leitura em tempos de crise. São Paulo: Editora 34, 2010.

SAMPAIO, Marcos da Veiga Pereira. Painel do Varejo de Livros no Brasil 2021. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), 2022.

SANTAELLA, Lucia. Leitura de imagens. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS – SNEL; NIELSEN BOOKDATA. Painel do Varejo de Livros no Brasil: ano-base 2024 [Relatório de pesquisa]. São Paulo: SNEL / Nielsen BookData, 2025. Disponível em: https://snel.org.br/homosite/wp-content/uploads/2026/02/PeV_anobase_2024_imprensa_vff.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

TODOROV, Tzvetan. A literatura em perigo. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

ZUMTHOR, Paul. Performance, recepção, leitura. São Paulo: Cosac Naify, 2014.